

ANIMAIS DE COMPANHIA COMO SUJEITOS DE DIREITO: CAPACIDADE PROCESSUAL, RECONHECIMENTO JURÍDICO E PROPOSTAS LEGISLATIVAS

João Paulo de Siqueira Ferreira¹
Henrique Rodrigues Lelis²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a possibilidade jurídica do reconhecimento da capacidade processual dos animais de companhia no ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa parte da investigação da natureza jurídica dos animais e das recentes mudanças legislativas que remam com estudos científicos que os reconhecem como seres sencientes, distanciando-se da concepção patrimonialista tradicional que os classificava como bens semoventes. Em seguida, examina-se o conceito técnico de capacidade processual à luz do Direito Processual Civil e as possibilidades de sua aplicação aos animais como sujeitos de direito com interesses próprios a serem defendidos em juízo mediante representação legal. Na sequência, analisa jurisprudências e evidencia decisões que reconhecem, ainda que implicitamente, a legitimidade de animais em processos judiciais, enquanto a revisão doutrinária revela uma tensão entre correntes conservadoras e proposições progressistas. Por fim, discute-se o tratamento dado à matéria em ordenamentos estrangeiros e as alternativas normativas em debate no Brasil, como o Projeto de Lei nº 145/2021. Conclui-se que o reconhecimento da capacidade processual dos animais de companhia é juridicamente possível, compatível com os princípios constitucionais da dignidade animal e da tutela jurisdicional efetiva, e constitui uma etapa necessária para a concretização de seus direitos.

7107

Palavras-chave: Capacidade processual. Animais de companhia. Sujeitos de direitos. Jurisdição. Tutela jurídica.

ABSTRACT: This article aims to analyze the legal possibility of recognizing the procedural capacity of companion animals in the Brazilian legal system. The research begins by investigating the legal nature of animals and recent legislative changes that stem from scientific studies that recognize them as sentient beings, distancing themselves from the traditional patrimonialist conception that classified them as movable property. Next, the technical concept of procedural capacity is examined in light of Civil Procedural Law and the possibilities of its application to animals as legal subjects with their own interests to be defended in court through legal representation. Next, it analyzes case law and highlights decisions that recognize, albeit implicitly, the legitimacy of animals in legal proceedings, while the doctrinal review reveals a tension between conservative currents and progressive propositions. Finally, the treatment given to the matter in foreign legal systems and the normative alternatives under debate in Brazil are discussed, such as Bill No. 145/2021. It is concluded that the recognition of the procedural capacity of companion animals is legally possible, compatible with the constitutional principles of animal dignity and effective judicial protection, and constitutes a necessary step towards the realization of their rights.

Keywords: Procedural capacity. Companion animals. Legal subjects. Jurisdiction. Legal protection.

¹Aluno do curso de mestrado de Ciências Jurídicas da Veni Creator Christian University.

²Doutor em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento, Professor – Veni Creathor University.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o reconhecimento dos animais como seres sencientes³ — dotados de consciência, emoções e capacidade de sofrimento — tem impulsionado significativas transformações nas mais variadas searas dos planos científico e social.

O reconhecimento da senciência animal, estimulado por avanços nas ciências biológicas, pela ética animal e pelo ativismo social, impõe ao Direito o desafio de revisar categorias tradicionais e desenvolver instrumentos normativos compatíveis com a proteção efetiva dos animais.

Nesse sentido, em diversas partes do mundo, observa-se a consolidação de uma virada paradigmática da concepção do animal como coisa, bem ou propriedade para sua qualificação como sujeito de direitos.

No Brasil, essa corrente se manifesta por meio de um crescente tensionamento entre normas ainda pautadas em um modelo patrimonialista — que classifica os animais como bens semoventes — e dispositivos que reconhecem sua condição especial de sujeitos merecedores de tutela jurídica própria.

Nesta última década, destaca-se que a superação da noção de animal-coisa ganhou força a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 96/2017⁴ ao expressar preocupação com o bem-estar animal nas práticas desportivas; com o do advento da Lei nº 14.064/2020, que usa o termo guarda para a domesticação de cães e gatos⁵; e mais recentemente, do Decreto nº

7108

³ senciente: senciente (sen-ci-en-te): **adjetivo de dois gêneros** 1. Que sente. = SENSÍVEL. 2. Que tem sensações ou impressões (ex.: *um animal é um ser senciente*). Origem etimológica: latim *sentiens*, *-entis*, particípio presente de *sentio*, *-ire*, sentir. "**senciente**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/senciente>. Acesso em 05/05/2025

⁴ Art. 1º O art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º: "Art. 225..... 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que **assegure o bem-estar dos animais envolvidos**". Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc96.htm, Acesso em 05/05/2025

⁵ Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Art. 2º O art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A: "Art. 32. § 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no **caput** deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e **proibição da guarda**." Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14064.htm Acesso em 05/05/2025.

12.254/2024⁶, que manifesta interesse nacional no implemento de políticas públicas sobre direito animal.

Essas mudanças normativas refletem e respondem a uma demanda social cada vez mais evidente sobre um novo ramo do Direito capaz de lidar com as novas configurações de relações entre animais humanas e não humanos.

Dentro desse novo ramo do Direito, destaca-se o debate sobre a capacidade processual dos animais — ou seja, a possibilidade de acesso ao Poder Judiciário para a defesa de seus próprios direitos e interesses.

Tal discussão é particularmente relevante a partir do pressuposto que já há algum aparato legal reconhecendo a atribuição de direitos aos animais, assim para que exista uma efetiva proteção de direitos a estes serem, deve ser acompanhada por instrumentos que viabilizem sua exigibilidade.

A ausência de capacidade processual por uma via adequada de representação legal, fragiliza o sistema jurídico e compromete a proteção real dos direitos animais, especialmente em situações de abuso, abandono ou exploração.

Este artigo concentra-se principalmente nos animais de companhia, cuja presença nas famílias humanas é cada vez mais consolidada. No contexto das chamadas famílias multiespécies⁷, esses animais ocupam um espaço afetivo e simbólico que ultrapassa o vínculo de propriedade.

7109

No entanto, mesmo nesses casos, os animais continuam sendo juridicamente tutelados apenas de maneira indireta, por meio de seus tutores humanos, o que limita o reconhecimento pleno de sua subjetividade jurídica.

⁶ Art. 24. Ao Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais compete: (...) I - elaborar, propor, acompanhar, analisar e avaliar políticas, elaborar e implementar programas e projetos destinados à proteção, à defesa, ao bem-estar e aos direitos animais; (...) IV - coordenar a definição de diretrizes e acompanhar o desenvolvimento, no âmbito do Poder Público federal, das iniciativas relacionadas à proteção da fauna e das ações executadas por órgãos e entidades envolvidos na proteção e defesa e na promoção dos direitos animais (...) VI - identificar e apoiar a disseminação de boas práticas em temas de defesa da fauna doméstica, domesticada e selvagem e de garantia dos direitos animais; VIII - apoiar a mobilização das entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de políticas de proteção, defesa e direitos animais; (...) XI - promover a educação e a prevenção para a proteção e a defesa de animais domésticos e domesticados e para a preservação da fauna nativa; XII - estabelecer medidas preventivas de defesa, proteção, bem-estar e direitos animais; XIII - estimular a capacitação de recursos humanos para as ações de proteção, defesa, bem-estar e direitos animais;

⁷ Nesse sentido, pode-se entender por “família multiespécie” aquela formada pelo núcleo familiar humano e seu animal de estimação (*pet*), desde que presente o vínculo afetivo entre o humano e o animal. (REZENDE. 2024)

A positivação da capacidade processual dos animais torna-se, assim, um passo necessário para garantir-lhes acesso à justiça em termos compatíveis com sua dignidade e vulnerabilidade.

O presente artigo ainda se debruça sobre o possível cenário normativo futuro com os avanços significativos, a serem implementados pelo Projeto de Lei nº 145/2021⁸, que propõe alterações no Código de Processo Civil no sentido de disciplinar a capacidade de ser parte dos animais no processo judicial brasileiro, assim como sua representação em juízo.

Paralelamente, decisões judiciais cada vez mais frequentes têm reconhecido interesses próprios aos animais, ainda que, na maioria das vezes, sem admitir expressamente sua capacidade de figurar como parte processual.

Nesse sentido, o trabalho dialoga com uma doutrina em evolução e com práticas judiciais que apontam para uma nova arquitetura do Direito Animal.

Logo, o objetivo geral deste estudo é investigar a possibilidade jurídica de reconhecimento da capacidade processual dos animais de companhia no ordenamento jurídico brasileiro.

Para isso, parte-se da análise do conceito de capacidade processual à luz do Direito Processual Civil, estuda-se a natureza jurídica dos animais e examinam-se precedentes jurisprudenciais relevantes.

7110

O artigo também propõe uma comparação com experiências internacionais, como as dos Estados Unidos, Alemanha e Índia, onde a discussão encontra-se em estágio mais avançado.

Ao final, são apresentadas sugestões de aprimoramento normativo, com vistas à construção de um modelo jurídico coerente com os princípios constitucionais da dignidade animal e da tutela jurisdicional efetiva.

A pesquisa utiliza o método jurídico-dogmático, com análise crítica de legislação, doutrina e jurisprudência. Também se recorre a elementos da análise comparada, incorporando contribuições de autores estrangeiros que discutem a capacidade processual animal em contextos diversos. Citações diretas de textos acadêmicos internacionais foram incluídas com tradução própria, a fim de manter a fidelidade ao conteúdo original e ampliar a base teórica.

⁸ **PL 145/2021****Situação:** Pronta para Pauta na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) **Identificação da Proposição:** **Autor** Eduardo Costa - PTB/PA **Apresentação** 03/02/2021 **Ementa:** Disciplina a capacidade de ser parte dos animais não-humanos em processos judiciais e inclui o inciso XII ao art. 75 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para determinar quem poderá representar animais em juízo.

A relevância do presente estudo justifica-se não apenas pelo ineditismo e atualidade do tema, mas sobretudo por sua contribuição para o fortalecimento de uma abordagem jurídica que reconheça os animais como sujeitos de proteção integral.

Em um momento de revisão do Código Civil e Código de Processo Civil brasileiro e de crescente sensibilidade social quanto aos direitos dos animais, é fundamental que a comunidade acadêmica e jurídica participe ativamente da formulação de novos paradigmas, capazes de transformar o sistema legal em um instrumento de justiça interespécie.

1. A Natureza Jurídica dos Animais de Companhia no Ordenamento Jurídico Brasileiro

Durante séculos, o Direito Civil trata os animais como meros bens móveis semoventes, subordinando sua existência ao valor econômico atribuído pelo ser humano. O Código Civil brasileiro de 2002, em seu bojo, ainda os enquadram como bens semoventes ou coisas⁹

No entanto, o entendimento tradicional vem cada vez mais contrastando com os avanços normativos e jurisprudenciais mais recentes que reconhecem a senciência e subjetividade dos animais.

Nesse sentido, a evolução legislativa e doutrinária tem impulsionado uma notável mudança de paradigma na natureza jurídica dos animais, especialmente na dos animais de companhia, que pelo vínculo afetivo e social cada vez mais forte com os seus tutores, passaram a ser o centro de conflitos, debates ou litígios jurídicos fervorosos.

Sob uma perspectiva histórica, Regis e Da Silva (2019) analisaram como “*uma das primeiras leis no Brasil, de âmbito nacional, que versam sobre a proteção dos animais, foi o Decreto nº 16.590/24*” (De Pontes Regis e Da Silva.2019), que proibia certas atividades de entretenimento que causasse sofrimento aos animais, como as rinhadas de galo.

No entanto, o Decreto 24.645/34 no Governo Vargas ao estabelecer medidas de proteção aos animais é pioneiro como um marco legal fundamental, pois além de conceber animais como vítimas de maus-tratos, determinou ao Ministério Público sua assistência em juízo.

⁹Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Art. 1.313. O proprietário ou ocupante do imóvel é obrigado a tolerar que o vizinho entre no prédio, mediante prévio aviso, para: I - dele temporariamente usar, quando indispensável à reparação, construção, reconstrução ou limpeza de sua casa ou do muro divisório; II - apoderar-se de **coisas suas, inclusive animais** que aí se encontrem casualmente. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm, acesso em 05/05/2025

Art. 1º Todos os animais existentes no País são tutelados do Estado.

Art. 2º Aquele que, em lugar público ou privado, aplicar ou fizer aplicar maus tratos aos animais, incorrerá em multa de 20\$000 a 500\$000 e na pena de prisão celular de 2 a 15 dias, quer o delinquente seja ou não o respectivo proprietário, sem prejuízo da ação civil que possa caber.

§ 1º A critério da autoridade que verificar a infração da presente lei, será imposta qualquer das penalidades acima estatuídas, ou ambas.

§ 2º A pena a aplicar dependerá da gravidade do delito, a juízo da autoridade. (BRASIL.1934)

§ 3º Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais.

Art. 3º Consideram-se maus tratos:

[...]

Artigo 17. A palavra animal, da presente lei, compreende todo ser irracional, quadrupede ou bípede, doméstico ou selvagem, exceto os daninhos. (Brasil, 1934)

Em seguida, após a redemocratização, o novo marco legal sobre o tema foi a própria Constituição Federal que em seu texto original no inciso VII do paragrafo 1º do artigo 225 coibiu prática de maus tratos a animais¹⁰, assim como a lei de crimes ambientais (LEI 9605/98) que no seu artigo 32 criminaliza tal prática.

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: (Vide ADPF 640)

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. (Vide ADPF 640)

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no **caput** deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Embora nenhuma das citadas leis altere diretamente a natureza jurídica dos animais, foi inaugurada uma nova sensibilidade normativa. Desde então, projetos legislativos e decisões judiciais vêm reconhecendo a necessidade de um regime jurídico diferenciado para os animais, fundado na sua capacidade de experimentar emoções, aprendizados, dor física ou psicológica.

No âmbito estadual, Ataíde Júnior (2024) destacou, em ordem cronológica, os seguintes códigos, que inovaram ao reconhecer a senciência animal e a titularidade de direito,

¹⁰ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

especialmente os animais domésticos de estimação. Conforme estabelece o artigo 216 da referida lei:

SANTA CATARINA – Leis 17.485/2018 e 17.526/2018, que alteraram a Lei 12.854/2003, a qual “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais” Dispositivo em destaque: “Art. 34-A. Para os fins desta Lei, cães e gatos ficam reconhecidos como seres sencientes, sujeitos de direito, que sentem dor e angústia, o que constitui o reconhecimento da sua especificidade e das suas características face a outros seres vivos.”

PARAÍBA – Lei 11.140/2018: “Institui o Código de Direito e Bem-estar Animal do Estado da Paraíba.” Dispositivo em destaque: “Art. 5º Todo animal tem o direito: I – de ter as suas existências física e psíquica respeitadas; II – de receber tratamento digno e essencial à sadia qualidade de vida; III – a um abrigo capaz de protegê-lo da chuva, do frio, do vento e do sol, com espaço suficiente para se deitar e se virar; IV – de receber cuidados veterinários em caso de doença, ferimento ou danos psíquicos experimentados; V – a um limite razoável de tempo e intensidade de trabalho, a uma alimentação adequada e a um repouso reparador. Parágrafo único. (VETADO).”

ESPÍRITO SANTO – Lei Complementar 936/2019: “Institui a Política Estadual de Proteção à Fauna Silvestre e dá outras providências.” Dispositivo em destaque: “Art. 1º. [...] § 1º. § 1º Os animais não humanos possuem natureza jurídica *sui generis* e são sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais devem gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa.”

RIO GRANDE DO SUL – Lei 15.434/2020: “Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.” Dispositivo em destaque: “Art. 216. É instituído regime jurídico especial para os animais domésticos de estimação e reconhecida a sua natureza biológica e emocional como seres sencientes, capazes de sentir sensações e sentimentos de forma consciente. Parágrafo único. Os animais domésticos de estimação, que não sejam utilizados em atividades agropecuárias e de manifestações culturais reconhecidas em lei como patrimônio cultural do Estado, possuem natureza jurídica ‘*sui generis*’ e são sujeitos de direitos despersonalizados, devendo gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa.

7113

Assim, segundo Ataíde Júnior e Lopes (2020), já existe um novo ramo do direito que ampara os animais não humanos, no sentido de serem compreendidos como sujeitos de uma dignidade própria, o que implica reconhecer-lhes uma forma de subjetividade jurídica, ainda que distinta da subjetividade humana, esse reconhecimento implica na titularidade e necessidade de reparação de direitos quando violados.

Segundo o direito animal, o titular do direito à reparação de danos será o próprio animal, uma vez que ele foi a vítima da violência e do sofrimento. Os danos físicos e extrapatrimoniais foram por ele diretamente experimentados, pois é um ser dotado de consciência, não uma coisa ou um objeto inanimado” (JÚNIOR, 2020)

Animais são sujeitos de direito quando figuram como titulares de direitos atribuídos pelo ordenamento jurídico, independentemente de sua capacidade de exercício ou manifestação de vontade. Conforme o entendimento de Pontes de Miranda, a sujeição jurídica está na titularidade do direito, não na sua execução direta. “Se o sistema jurídico, como sistema lógico,

atribui direito a animais e a coisas, tais animais e coisas não são objeto – são sujeitos” (FONTES. D’AVILA. apud PONTES DE MIRANDA. 2017)

Outro argumento a favor da titularidade de direitos e da senciência animal¹¹, se dá no campo do direito de família. A partir dos laços afetivos estabelecidos entre humanos e animais de companhia, a doutrina tem discutido a constituição da chamada família multiespécie.

O conceito de família multiespécie reconhece que os animais integram o núcleo familiar não como meros objetos de afeto, mas como indivíduos com os quais se compartilha a vida cotidiana. No ambiente doméstico, eles ocupam um lugar simbólico importante, são incluídos na linguagem afetiva e experienciam relações sociais que os tornam parte integrante da identidade dos indivíduos e da dinâmica familiar, conforme argumentado por Belchior e Dias (BELCHIOR. DIAS, 2020)

Com base no conjunto normativo e doutrinário analisado, torna-se evidente o reconhecimento progressivo da dignidade e da titularidade de direitos atribuídos aos animais. No caso específico dos animais de companhia, esse reconhecimento se mostra ainda mais consolidado, em razão dos profundos laços afetivos estabelecidos com seus tutores no contexto familiar.

2. A Capacidade Processual dos Animais no Direito Brasileiro

A discussão sobre a capacidade processual dos animais no Brasil exige, preliminarmente, a distinção entre os conceitos de **capacidade de ser parte**¹², **capacidade de estar em juízo**¹³ e **capacidade postulatória**¹⁴. Segundo Didier Jr., a capacidade de ser parte é a aptidão para figurar no processo, a de estar em juízo refere-se à possibilidade de exercer atos processuais diretamente, enquanto a postulatória refere-se à representação por profissional habilitado.

¹¹ Senciência animal refere-se à capacidade dos animais de perceber e sentir o mundo ao seu redor. Animais sencientes têm a capacidade de experimentar sensações físicas, como dor e prazer, além de emoções como medo, alegria e sofrimento. A senciência está intimamente ligada à capacidade de um ser ter experiências subjetivas e responder a elas de maneiras que indicam uma consciência do ambiente e das suas próprias condições. Conceito extraído do site do governo federal. Disponível em> <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/direitos-animais/senciencia-animal-1>

¹² 1 Capacidade de ser parte: “é a aptidão genérica para figurar como parte em juízo; está ligada à personalidade ou, no caso de entes despersonalizados, à previsão legal” (Didier Jr. et al., 2022).

¹³ Capacidade de estar em juízo: “é a aptidão para praticar pessoalmente atos processuais; corresponde à capacidade civil plena” (Didier Jr. et al., 2022).

¹⁴ 3 Capacidade postulatória: “é a aptidão para postular em juízo, que no sistema brasileiro pertence privativamente aos advogados” (Didier Jr. et al., 2022).

O Código de Processo Civil de 2015, em seu artigo 70, prega: “toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo”, no entanto, nem todos possuem capacidade para praticar atos processuais, como no caso dos incapazes que devem ser representados ou assistidos, conforme reza o artigo 71.

Assim, o pressuposto lógico é de que os animais têm existência, dignidade e direitos esparsamente reconhecidos pela Constituição Federal e por Leis, portanto, tornam-se titulares de direitos subjetivos a serem defendidos em Juízo por força do princípio constitucional da inafastabilidade do controle judiciário (Júnior e LOPES, 2020).

No mesmo entendimento a doutrinadora Edna Cardozo Dias, ensina que da mesma forma que as pessoas jurídicas possuem direitos de personalidade e podem comparecer em Juízo para pleiteá-los, os animais também se tornam sujeitos de direitos subjetivos por força das leis que os protegem e, embora não sejam capazes de fazer valer esses direitos, cabe ao Poder Público e à coletividade fazê-lo (NOIRTIN apud DIAS, 2010).

Nesse sentido, a capacidade processual não se confunde com a aptidão para praticar atos processuais por si próprios, sendo possível que terceiros atuem em nome do titular do direito, como já ocorre com os absolutamente incapazes.

Por exemplo, o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado de Pernambuco determina que o infrator tem obrigação de reparar o dano causado ao animal. Assim, o animal-vítima como incapaz seria representado em juízo pelo seu responsável legal, que contrataria um advogado particular para patrocinar a causa ou a Defensoria Pública.

7115

Art. 25. Sem prejuízo da obrigação do infrator reparar o dano por ele causado ao animal e da aplicação das sanções civis e penais, as infrações indicadas nesta Lei serão punidas, isoladas ou cumulativamente, com as seguintes sanções administrativas: (ALEPE, 2014)

Ainda, na hipótese de o animal não ter responsável legal, o patrocínio da causa caberia ao Ministério Público ou a Defensoria Pública. (Lopes e Júnio. 2020).

A defesa dos interesses dos animais pelos membros do parquet surgiu com o Decreto 24.645/34 que no artigo 2º, § 3º dispõe: “Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais”. Posteriormente foi erigido o dispositivo constitucional, com a Carta Magna de 1988, que disciplinou o tema nos artigos 1271 e 1292, inciso III. Assim, os animais não podem ser juridicamente considerados como coisas, pois, se assim o fosse, o Ministério Público não teria legitimidade para substituí-los em Juízo. (NOIRTIN. 2010)

Além do representante legal do animal-vítima, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, PINHEIRO (2018) destaca que ONG’s e Associações Protetoras de Animais, na forma

do art. 53 do Código Civil, e a OAB podem ter atuação judicial como legitimados em ações judiciais.

Assim, a construção da capacidade processual dos animais no Brasil ainda está em consolidação, mas já apresenta fundamentos teóricos suficientemente embasados por preceitos legais para reconhecer que os animais — especialmente os de companhia — são titulares de direitos legítimos de proteção judicial.

2.3 Jurisprudência

A evolução do reconhecimento jurídico dos animais de companhia no âmbito do Poder Judiciário brasileiro é marcada por avanços, resistências e interpretações díspares quanto à sua capacidade processual.

Na prática processual, há precedentes emblemáticos que aplicam as teses da doutrina contemporânea. No caso dos cães **Spyke e Rambo**, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), marcou o reconhecimento judicial da capacidade de ser parte dos animais, ao admitir a petição inicial subscrita por advogado em nome dos cães, vítimas de maus-tratos, representados por tutores humanos:

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. DECISÃO QUE JULGOU EXTINTA A AÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, EM RELAÇÃO AOS CÃES RAMBO E SPIKE, AO FUNDAMENTO DE QUE ESTES NÃO DETÊM CAPACIDADE PARA FIGURAREM NO POLO ATIVO DA DEMANDA. PLEITO DE MANUTENÇÃO DOS LITISCONSORTES NO POLO ATIVO DA AÇÃO . ACOLHIDO. ANIMAIS QUE, PELA NATUREZA DE SERES SENCIENTES, OSTENTAM CAPACIDADE DE SER PARTE (PERSONALIDADE JUDICIÁRIA). INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 5º, XXXV, E 225, § 1º, VII, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, C/C ART. 2º, § 3º, DO DECRETO-LEI Nº 24 .645/1934. PRECEDENTES DO DIREITO COMPARADO (ARGENTINA E COLÔMBIA). DECISÕES NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO RECONHECENDO A POSSIBILIDADE DE OS ANIMAIS CONSTAREM NO POLO ATIVO DAS DEMANDAS, DESDE QUE DEVIDAMENTE REPRESENTADOS. VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI Nº 24 .645/1934. APLICABILIDADE RECENTE DAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO REFERIDO DECRETO PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STJ E STF). DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO . (TJPR - 7ª C. Cível - 0059204-56.2020.8 .16.0000 - Cascavel - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU MARCEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO - J. 14 .09.2021)(TJ-PR - AI: 00592045620208160000 Cascavel 0059204-56.2020.8 .16.0000 (Acórdão), Relator.: Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, Data de Julgamento: 14/09/2021, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/09/2021)

7116

Outro exemplo notório é o julgamento do **REsp 1.713.167/SP**, onde o Superior Tribunal de Justiça admitiu a possibilidade de se discutir em juízo a guarda de animais de estimação após o término de relacionamento afetivo.

No caso concreto, o tribunal superior manteve a natureza jurídica tradicional, classificando os animais como coisas, mas reconheceu que os animais de estimação possuem valor único e peculiar, portanto, seu destino após o término união estável não poderia ser determinado como o de uma coisa ou de uma propriedade qualquer.

Embora a decisão não tenha atribuído personalidade jurídica ao animal, reconheceu sua condição de sujeito de interesse próprio, superando a concepção estritamente patrimonial.

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. AQUISIÇÃO NA CONSTÂNCIA DO RELACIONAMENTO. INTENSO AFETO DOS COMPANHEIROS PELO ANIMAL. DIREITO DE VISITAS. POSSIBILIDADE, A DEPENDER DO CASO CONCRETO . 1. Inicialmente, deve ser afastada qualquer alegação de que a discussão envolvendo a entidade familiar e o seu animal de estimação é menor, ou se trata de mera futilidade a ocupar o tempo desta Corte. Ao contrário, é cada vez mais recorrente no mundo da pós-modernidade e envolve questão bastante delicada, examinada tanto pelo ângulo da afetividade em relação ao animal, como também pela necessidade de sua preservação como mandamento constitucional (art. 225, § 1º, inciso VII - "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade") . 2. O Código Civil, ao definir a natureza jurídica dos animais, tipificou-os como coisas e, por conseguinte, objetos de propriedade, não lhes atribuindo a qualidade de pessoas, não sendo dotados de personalidade jurídica nem podendo ser considerados sujeitos de direitos. Na forma da lei civil, o só fato de o animal ser tido como de estimação, recebendo o afeto da entidade familiar, não pode vir a alterar sua substância, a ponto de converter a sua natureza jurídica. 3 . No entanto, os animais de companhia possuem valor subjetivo único e peculiar, aflorando sentimentos bastante íntimos em seus donos, totalmente diversos de qualquer outro tipo de propriedade privada. Dessarte, o regramento jurídico dos bens não se vem mostrando suficiente para resolver, de forma satisfatória, a disputa familiar envolvendo os pets, visto que não se trata de simples discussão atinente à posse e à propriedade. 4. Por sua vez, a guarda propriamente dita - inerente ao poder familiar - instituto, por essência, de direito de família, não pode ser simples e fielmente subvertida para definir o direito dos consortes, por meio do enquadramento de seus animais de estimação, notadamente porque é um munus exercido no interesse tanto dos pais quanto do filho . Não se trata de uma faculdade, e sim de um direito, em que se impõe aos pais a observância dos deveres inerentes ao poder familiar. 5. A ordem jurídica não pode, simplesmente, desprezar o relevo da relação do homem com seu animal de estimação, sobretudo nos tempos atuais. Deve-se ter como norte o fato, cultural e da pós-modernidade, de que há uma disputa dentro da entidade familiar em que prepondera o afeto de ambos os cônjuges pelo animal . Portanto, a solução deve perpassar pela preservação e garantia dos direitos à pessoa humana, mais precisamente, o âmago de sua dignidade. 6. Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado. 7 . Assim, na dissolução da entidade familiar em que haja algum conflito em relação ao animal de estimação, independentemente da qualificação jurídica a ser adotada, a resolução deverá buscar atender, sempre a depender do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal. 8. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu que a cadela fora adquirida na constância da união estável e que estaria demonstrada a relação de afeto entre o recorrente e o animal de estimação, reconhecendo o seu direito de visitas ao animal, o que deve ser mantido. 9 . Recurso especial não provido.(STJ - REsp: 1713167 SP 2017/0239804-9, Relator.:

Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 19/06/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/10/2018 RSTJ vol. 117 p. 29 RSTJ vol. 253 p. 615 RT vol. 1009 p. 420)

No julgamento do Recurso Especial n. 1.797.175/SP, o STJ enfrentou o conflito de interesses de um papagaio - animal silvestre entre manter sua guarda com seus tutores como animal doméstico com seu direito de viver em habitat natural.

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL. NÃO CONFIGURADA A VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. MULTA JUDICIAL POR EMBARGOS PROTETÓRIOS. INAPLICÁVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 98 DO STJ. MULTA ADMINISTRATIVA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. INVASÃO DO MÉRITO ADMINISTRATIVO. GUARDA PROVISÓRIA DE ANIMAL SILVESTRE. VIOLAÇÃO DA DIMENSÃO ECOLÓGICA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. 1. Na origem, trata-se de ação ordinária ajuizada pela recorrente no intuito de anular os autos de infração emitidos pelo Ibama e restabelecer a guarda do animal silvestre apreendido. 2. Não há falar em omissão no julgado apta a revelar a infringência ao art. 1.022 do CPC. O Tribunal a quo fundamentou o seu posicionamento no tocante à suposta prova de bons tratos e o suposto risco de vida do animal silvestre. O fato de a solução da lide ser contrária à defendida pela parte insurgente não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração. 3. Nos termos da Súmula 98/STJ: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protetivo". O texto sumular alberga a pretensão recursal, posto que não são protetivos os embargos opostos com intuito de prequestionamento, logo, incabível a multa imposta. 4. Para modificar as conclusões da Corte de origem quanto aos laudos veterinários e demais elementos de convicção que levaram o Tribunal a quo a reconhecer a situação de maus-tratos, seria imprescindível o reexame da matéria fático-probatória da causa, o que é defeso em recurso especial ante o que preceitua a Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." Precedentes. 5. No que atine ao mérito de fato, em relação à guarda do animal silvestre, em que pese à atuação do Ibama na adoção de providências tendentes a proteger a fauna brasileira, o princípio da razoabilidade deve estar sempre presente nas decisões judiciais, já que cada caso examinado demanda uma solução própria. Nessas condições, a reintegração da ave ao seu habitat natural, conquanto possível, pode ocasionar-lhe mais prejuízos do que benefícios, tendo em vista que o papagaio em comento, que já possui hábitos de ave de estimação, convive há cerca de 23 anos com a autora. Ademais, a constante indefinição da destinação final do animal viola nitidamente a dignidade da pessoa humana da recorrente, pois, apesar de permitir um convívio provisório, impõe o fim do vínculo afetivo e a certeza de uma separação que não se sabe quando poderá ocorrer. 6. Recurso especial parcialmente provido. (STJ - REsp: 1797175 SP 2018/0031230-O, Relator.: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 21/03/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: REPDJe 13/05/2019 DJe 28/03/2019)

7118

Essa tendência do reconhecimento da senciência animal, da sua titularidade de direitos e capacidade processual encontrou respaldo em uma decisão do Tribunal de Santa Catarina que indenizou o animal-vítima de maus-tratos por danos morais.

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, ESTÉTICOS E MATERIAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DAS PARTES. RECURSO DO REQUERIDO. AVENTADA A ILEGITIMIDADE ATIVA DOS CÃES TOM E PRETINHA PARA

FIGURAREM NO POLO ATIVO DA AÇÃO. INACOLHIMENTO. CAPACIDADE PROCESSUAL DOS ANIMAIS, CONSIDERANDO-OS SUJEITOS DE DIREITO E NÃO APENAS OBJETO DE PROTEÇÃO JURÍDICA . DEVIDO RECONHECIMENTO COMO SERES SENCIENTES, CAPAZES DE ATUAR INDIVIDUALMENTE EM JUÍZO COMO PARTE EM PROCESSOS JUDICIAIS, DESDE QUE DEVIDAMENTE REPRESENTADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, PELA DEFENSORIA PÚBLICA, POR ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS OU POR SEUS TUTORES. CASO EM ANÁLISE QUE OS CÃES ESTÃO DEVIDAMENTE REPRESENTADOS POR SEU TUTOR. PREFACIAL AFASTADA. MÉRITO . ALEGADA LEGÍTIMA DEFESA. INSUBSISTÊNCIA DA TESE. INCONTROVERSO O FATO DE QUE O REQUERIDO SE DIRIGIU AO LOCAL EM QUE OS AUTORES ESTAVAM E EFETUOU DISPAROS DE ARMA DE FOGO CONTRA OS ANIMAIS. CÃO TOM ATINGIDO POR UM TIRO NA PATA ANTERIOR DIREITA E SUBMETIDO A TRATAMENTO E CIRURGIA . PRETINHA ALVEJADA NO TÓRAX E ESCÁPULA, FICANDO HOSPITALIZADA POR VÁRIOS DIAS. TUTOR QUE FOI ATINGIDO POR ESTILHAÇOS DOS PROJÉTEIS. INQUÉRITO POLICIAL ARQUIVADO DIANTE DO CONFLITO DE VERSÕES. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA . DEVER DE INDENIZAR ESCORREITO. PLEITO DE AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REJEIÇÃO. DOR E SOFRIMENTO A QUE FORAM SUBMETIDOS OS AUTORES . GRAVIDADE DOS FERIMENTOS DEVIDAMENTE COMPROVADA. DANOS MATERIAIS. "VAQUINHA VIRTUAL" PARA CUSTEAR O TRATAMENTO DOS CÃES. ALEGADO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO AUTOR . PRETENSA DESOBRIGAÇÃO QUE RESULTARÁ EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO RÉU ÀS CUSTAS DOS DOADORES. REQUERIDO QUE NÃO CUMPRIU VOLUNTARIAMENTE COM AS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO ILÍCITO POR SI PRATICADO. APELO DOS AUTORES. PRETENDIDA INDENIZAÇÃO POR ABALO MORAL AO TAMBÉM AUTOR E TUTOR DOS ANIMAIS . POSSIBILIDADE. TRAUMA, ANGÚSTIA E SOFRIMENTO CAUSADO PELOS DISPAROS DE ARMA DE FOGO EFETUADOS PELO RÉU CONTRA OS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO DO TUTOR. FIXAÇÃO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) . CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362 DO STJ). JUROS DE 1% AO MÊS, ESTES A CONTAR DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54 DO STJ). PRETENDIDA MAJORAÇÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS PARA OS CÃES. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO NA ORIGEM EM R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) PARA CADA CÃO QUE SE REVELA ADEQUADO, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E A EXTENSÃO DAS LESÕES. DANOS MATERIAIS. JUNTADA DE RECIBOS DE PAGAMENTO NO VALOR DE R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) . ALMEJADO PAGAMENTO DA QUANTIA TOTAL DE R\$ 7.091,75 (SETE MIL NOVENTA E UM REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME DEMONSTRATIVO DE HONORÁRIOS E DESPESAS VETERINÁRIAS, EM ABERTO. GASTOS QUE NÃO FORAM IMPUGNADOS PELO REQUERIDO. PROVIMENTO DO RECURSO CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DE PROVAS DO EFETIVO DESEMBOLSO DOS GASTOS, O QUE DEVE SER APURADO EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA . PRETENDIDO O RECONHECIMENTO DE DANO ESTÉTICO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO MORFOLÓGICA CAPAZ DE ATRAIR SENTIMENTO DE INFERIORIDADE OU ABALO À IMAGEM CORPORAL DOS ANIMAIS. READEQUAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA . PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ESTES FIXADOS EM 15% SOBRE A CONDENAÇÃO, A SEREM SUPOSTADOS NA PROPORÇÃO DE 80% PELO

REQUERIDO E 20% PELA PARTE AUTORA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELO DOS AUTORES CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO . (TJSC, Apelação n. 5002956-64.2021.8 .24.0052, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Sérgio Izidoro Heil, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 26-11-2024) (TJ-SC - Apelação: 50029566420218240052, Relator.: Sérgio Izidoro Heil, Data de Julgamento: 26/11/2024, Terceira Câmara de Direito Civil)

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a dignidade animal como um princípio constitucional no julgamento da ADI 7704, ao declarar a inconstitucionalidade de uma lei municipal que determinava a castração precoce de cães e gatos, por violar o bem-estar e a integridade dos animais.

MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 17.972/2024 DO ESTADO DE SÃO PAULO. ATIVIDADE ECONÔMICA DE CRIAÇÃO DE CÃES E GATOS . CASTRAÇÃO OBRIGATÓRIA E INDISCRIMINADA DE CÃES E GATOS COM ATÉ 4 MESES. VIOLAÇÃO AO DIREITO À EXISTÊNCIA, À DIGNIDADE E À SAÚDE DOS ANIMAIS (ART. 225, § 1º, VII, CF). PERIGO DE EXTINÇÃO DAS RAÇAS . ALTERAÇÃO IMEDIATA DO MODO DE OPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REGRAS DE TRANSIÇÃO. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA . CAUTELAR DEFERIDA EM PARTE. 1. Ao se preocupar com outras formas de vida não humanas, a Constituição incorporou uma visão mitigada do antropocentrismo, de modo a reconhecer que seres não humanos podem ter valor e dignidade. À luz do texto constitucional, a dignidade não é um atributo exclusivo do ser humano . 2. A lei estadual estabelece que os canis e gatis, que realizam atividade econômica de criação, devem castrar todos os cães e gatos antes dos 4 (quatro) meses de idade. Estudos científicos demonstram que a castração precoce e indiscriminada de cães e gatos, sem considerar suas características individuais e o contexto em que inseridos, põe em risco a saúde e a integridade física desses animais, uma vez que aumenta significativamente os riscos de má formação fisiológica e morfológica, além de doenças que prejudicam as presentes e comprometem as futuras gerações dos cães e gatos. 3 . A Lei Estadual n. 17.972/24-SP criou obrigações a todos os criadores de cães e gatos do Estado de São Paulo sem estabelecer um prazo mínimo para adaptação deles às regras, que entraram em vigor na data de sua publicação (art. 15) . A alteração imediata do modo de operação da atividade econômica dos canis e gatis, sem regime transacional, viola o que a doutrina processual denomina de direito à adaptação, decorrente do princípio da segurança jurídica (art. 5º, XXXVI, CF) 3. 4. A manutenção dos efeitos da Lei Estadual nº 17 .972/2024 pode resultar na castração indevida de cães e gatos de forma indiscriminada e colocar em risco a existência das raças, bem como causar efeitos negativos sobre a saúde dos animais. Também pode prejudicar a atividade econômica e profissional dos canis e gatis. 5. Medida cautelar referendada para suspender, até julgamento de mérito, os efeitos das expressões “esterilizar cirurgicamente”, “esterilização cirúrgica” e “esterilizados cirurgicamente” dos dispositivos da Lei Estadual nº 17 .972/2024 do Estado de São Paulo. 6. Determinação para que o Poder Executivo Estadual fixe prazo razoável para que os canis e gatis se adaptem às novas obrigações. 1 DIAS, Jefferson Aparecido; NELSON, Rocco Antônio Rangel Rosso . Do Direito dos animais não humanos - em busca de uma personalidade esquecida, Revista Brasileira de Direito Animal. UFBA. P. 35 . 2 DIVINO, Douglas Silva. Efeitos da Seleção artificial no bem-estar canino. Monografia (obtenção do grau de bacharel em Medicina Veterinária) –Centro Universitário do Sul de Minas. Varginha, Minas Gerais . P. 18. 3 CABRAL, Antônio do Passo. Segurança Jurídica e Regras de Transição nos Processos Judicial e Administrativo: Introdução ao art . 23 da LINDB, Editora Juspodivm, 2021, p. 203. (STF

- ADI: 7704 SP, Relator.: Min. FLÁVIO DINO, Data de Julgamento: 16/09/2024, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 04-10-2024 PUBLIC 07-10-2024)

Em sentido oposto, tem se notado que os tribunais de estados, têm majoritariamente aplicado doutrina civilista tradicional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. REGULAMENTAÇÃO DE POSSE E PROPRIEDADE DE BENS MÓVEIS. CONFLITO PROCEDENTE. (TJ-SP - Conflito de competência cível: 00451142520248260000 Campinas, Relator.: Torres de Carvalho(Pres . Seção de Direito Público), Data de Julgamento: 14/01/2025, Câmara Especial, Data de Publicação: 14/01/2025)

Em alguns casos, reconhecem a senciência animal, mas alegam uma incompatibilidade de analogia ao direito de família, e menos ainda a capacidade processual dos animais.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - ALIMENTOS PROVISÓRIOS - ANIMAL DE ESTIMAÇÃO - SEMOVENTES - DIREITO DE PROPRIEDADE - DIREITO DAS COISAS - AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL - COMPETÊNCIA DA VARA CÍVEL - De acordo com o Código Civil Brasileiro os animais são classificados como coisas e categorizados como bens móveis suscetíveis de movimento próprio (art. 82 do CC/02), denominados de semoventes e por tal razão, nas palavras do Min. Marco Aurélio Bellizze no julgamento do REsp 1.944 .228/SP, "a relação entre o dono e o seu animal de estimação encontra-se inserida no direito de propriedade e no direito das coisas".- Recurso parcialmente provido - Não se desconhece que os animais de estimação são reconhecidos como seres sencientes, entretanto não é pertinente a aplicação, mesmo que por analogia, de princípios e institutos do direito constitucional e do direito civil, que dizem respeito à proteção de crianças e adolescentes, à custódia dos animais. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - ALIMENTOS PROVISÓRIOS - ANIMAL DE ESTIMAÇÃO - COMPETÊNCIA DA VARA DE FAMÍLIA - EX-CÔNJUGE - COMPROVAÇÃO DAS NECESSIDADES- BINÔMIO POSSIBILIDADE NECESSIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - Quanto aos animais de estimação, retrocesso entender que são meros bens materiais ou semoventes. Nos dias atuais, os animais de estimação são considerados membros integrantes da família (família multiespecie), o que atrai a competência da vara de família - A pretensão de receber os alimentos provisórios requeridos pela agravada se encontra amparada pelo art . 1.694 do Código Civil, fundado no dever de mútua assistência entre os cônjuges, que subsiste ainda que findo o vínculo matrimonial, com caráter assistencial e transitório - Comprovadas as necessidades da agravada, conclui-se que a fixação dos alimentos provisórios em patamar consoante ao binômio necessidade e possibilidade é medida que se impõe - Recurso parcialmente provido. (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 26531705820238130000, Relator.: Des.(a) Carlos Roberto de Faria, Data de Julgamento: 16/05/2024, Câmaras Especializadas Cíveis / 8ª Câmara Cível Especializada, Data de Publicação: 07/06/2024)

Logo, a análise da jurisprudência brasileira evidencia um panorama fragmentado, pois apesar do aumento de precedentes favoráveis, ainda predominam decisões que negam a capacidade processual dos animais ou sua titularidade de direitos, mesmo quando reconhecem a senciência ou a dignidade animal .

3 A CAPACIDADE PROCESSUAL DOS ANIMAIS SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL

A compreensão da capacidade processual dos animais no plano internacional se desenvolve de modo diverso do modelo jurídico brasileiro. Enquanto o ordenamento jurídico nacional ainda ensaia os primeiros passos rumo ao reconhecimento dos animais como sujeitos de direito, a doutrina e a jurisprudência estrangeiras já vêm discutindo, há décadas, não apenas a titularidade de direitos pelos animais, mas também a possibilidade de reconhecê-los como pessoas jurídicas em certos contextos.

A doutrina estrangeira tem se dividido entre abordagens antropocêntricas¹⁵, que exigem uma semelhança substancial entre humanos e animais para fins de reconhecimento jurídico, e concepções biocêntricas ou pós-humanistas, que advogam pela superação de critérios exclusivamente humanos na atribuição de personalidade legal.

Nos Estados Unidos, assim como no Brasil, ainda que a jurisprudência dominante não reconheça expressamente a capacidade processual dos animais, há um crescente movimento acadêmico e judicial em prol dessa possibilidade, sobretudo em casos envolvendo animais de companhia.

A título de exemplo, a jurista norte-americana Taimie L. Bryant critica o modelo fundado na similaridade com os humanos, argumentando que essa abordagem “perpetua a ideia de que a proteção dos animais depende de sua semelhança com o ser humano, e não de seu próprio valor intrínseco como seres sencientes”(BRYANT.2007, tradução nossa).

7122

Taimie L. Bryant ainda denuncia que a limitação da legitimidade ativa aos seres humanos (ou seus representantes legais) tem prejudicado a efetividade da proteção animal, principalmente nos casos em que os tutores ou responsáveis se omitem ou são os próprios agressores. A autora propõe um modelo de legitimação que permita a atuação de terceiros em nome do animal, como ocorre com crianças e incapazes:

Deveria ser possível que advogados atuassem em nome dos animais da mesma forma que atuam para menores de idade. Embora os animais não possam comparecer em juízo ou contratar advogados por conta própria, isso também se aplica a muitas pessoas humanas, sem que isso lhes negue o direito à proteção legal.” (BRYANT. 2007, tradução nossa).

¹⁵ O Antropocentrismo, tema principal deste estudo, pode ser definido como uma visão de mundo que tem o homem como principal referencial, ou que interpreta o Universo em termos de valores, feitos e experiências humanas (DAITX apud FERREIRA. 2010)

Essa crítica dialoga com uma crescente literatura que propõe o reconhecimento da personalidade jurídica dos animais não como uma extensão do status humano, mas como um reconhecimento das características próprias dos animais, como a sentiência, autonomia relativa e capacidade de sofrimento. Neste sentido, Bailey Soderberg argumenta que:

Dar personalidade legal a um animal não exige que ele possua deveres ou obrigações semelhantes às dos seres humanos. A personalidade jurídica é uma ficção legal que serve à finalidade de reconhecimento de direitos — não se trata de uma equivalência moral ou intelectual. Assim, os animais podem, sim, ser considerados pessoas jurídicas mesmo que não desempenhem papéis sociais complexos como os humanos.” (SODERBERG. 2022 tradução nossa).

Em paralelo, experiências internacionais mostram que a concessão de personalidade jurídica a entes não-humanos já foi admitida em outras hipóteses, além da dos animais, como por exemplo rios, montanhas e florestas, como na Índia¹⁶ e na Nova Zelândia¹⁷.

Na Alemanha, embora o ordenamento jurídico não atribua personalidade jurídica aos animais, o **Código Civil Alemão (BGB)** contém disposições claras que os retiram da categoria de "coisas" e impõem deveres especiais de proteção aos seres humanos, conforme os §§ 90a e 903 do BGB.

Seção 90a Animais: Animais não são coisas. Eles são protegidos por estatutos especiais. As disposições que se aplicam às coisas devem ser aplicadas aos animais, salvo disposição em contrário.

Artigo 903 Poderes do proprietário: O proprietário de uma coisa pode, na medida em que uma lei ou direitos de terceiros não entrem em conflito com isso, lidar com a coisa a seu critério e excluir terceiros de exercer qualquer influência. No exercício de seus poderes, o proprietário de um animal deve levar em consideração as disposições especiais para a proteção de animais. (Código Civil Alemão. BGB)

Essa concepção normativa reforça a ideia de que os animais possuem um estatuto jurídico próprio e que a legitimação processual indireta — por meio de representantes ou curadores — seria compatível com tal regime.

¹⁶ Notícia: New Zealand and India Have Rivers That Are Now Legally Living Entities. Disponível em: <https://www.cntraveler.com/story/new-zealands-whanganui-river-is-now-legally-a-human-being>

“ Inspirado pela decisão da Nova Zelândia, o Supremo Tribunal do estado indiano de Uttarakhand decidiu na segunda-feira conferir personalidade a, não um, mas dois rios que passam pelo país, informou o *Washington Post*. Supervisionado por três custodiantes oficialmente nomeados, o Ganges e seu principal afluente, o Yamuna – ambos reverenciados como sagrados pelos cerca de um bilhão de hindus que vivem no país – agora estará sujeito às mesmas leis que um ser humano.(tradução nossa)

¹⁷ Notícia: **Taranaki Mounga:** New Zealand mountain granted same legal rights as a person (...) Taranaki se torna a terceira característica natural na Nova Zelândia a receber personalidade jurídica, após Te Urewera em 2014 e o rio Whanganui em 2017. Essa designação significa que as características geográficas ganham o status legal de uma pessoa, garantindo que elas sejam tratadas com respeito e proteção. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2025/jan/30/taranaki-mounga-new-zealands-second-highest-mountain-granted-same-legal-rights-as-a-person?utm_source=chatgpt.com (tradução nossa)

Na **Índia**, o Poder Judiciário tem se mostrado inovador na defesa dos direitos animais. Em decisões emblemáticas, posteriormente anuladas, como a **Animal Welfare Board of India v. A. Nagaraja (2014)** e em **Narayan Dutt Bhatt v. Union of India (2018)**, a Suprema Corte indiana reconheceu os animais como “seres sencientes” e estendeu a eles certos direitos fundamentais previstos na Constituição indiana, como o direito à vida digna e a personalidade jurídica.

Em 2018, o Tribunal Superior de Uttarakhand em **Narayan Dutt Bhatt v. Union of India**, que se relaciona ao transporte interestadual de cavalos entre o Nepal e a Índia, e a sobrecarga de cavalos em violação da Lei de Prevenção da Crueldade contra os Animais e regras subsidiárias, baseou-se na decisão Nagaraja de 2014 do Supremo Tribunal. O tribunal decidiu que, assim como “[c]orporações, ídolos hindus, escrituras sagradas, rios” foram reconhecidos como pessoas jurídicas pelo judiciário, “[t]o reino animal, incluindo aviário e aquático, são declarados como entidades jurídicas com uma personalidade distinta com direitos, deveres e responsabilidades correspondentes de uma pessoa viva”. (Caso Narayan Dutt Bhat, parágrafos 98 e 99.) O tribunal declarou todos os cidadãos em todo o estado de Uttarakhand como pessoas *in loco parentis*, semelhante a uma relação parental, para o bem-estar e proteção dos animais. (Id. parágrafo 99). Da mesma forma, em **Karnail Singh e outros v. Estado de Haryana**, o tribunal, chefiado pelo mesmo juiz do caso Narayan Dutt Bhat de 2018, também declarou todos os animais do reino animal, incluindo espécies aviárias e aquáticas, como entidades/pessoas legais com “direitos, deveres e responsabilidades correspondentes de uma pessoa viva”. (Caso Karnail Singh, parágrafo 29.)

A tendência observada nesses países indica gradual distanciamento a regras ou doutrinas antropocentristas no sentido de flexibilizar critérios tradicionais acerca de personalidade jurídica ou capacidade processual.

A doutrina internacional entende que os obstáculos ao reconhecimento da capacidade processual animal não são de ordem lógica ou dogmática, mas sim político-institucional. Como destaca Soderberg:

O reconhecimento da legitimidade processual dos animais não humanos depende menos de uma transformação conceitual e mais de uma vontade jurídica e social de incluí-los na esfera de proteção ativa do Direito.” (SODERBERG, 2022, tradução nossa).

Em conclusão, embora ainda não haja consenso entre os países quanto à concessão direta da capacidade processual aos animais, observa-se uma certa tendência evolutiva em favor de seu reconhecimento como sujeitos de direitos, assim como também existe uma resistência em mantê-los com status de coisas ou de reconhecer-lhe a senciência, mas aplicando o regime das coisas, quando envolvidos em litígios ou conflitos jurídicos.

Essas discussões não se limitam ao campo acadêmico. Em diversos países, organizações de proteção animal vêm litigando em nome de animais, questionando seu confinamento, uso em laboratórios ou abandono. Embora os resultados ainda sejam oscilantes, a simples

admissibilidade de tais ações revela uma abertura progressiva das cortes a uma nova gramática jurídica.

Dessa forma, o direito internacional fornece subsídios valiosos para o debate brasileiro. Ao compararmos as experiências estrangeiras, torna-se evidente que a capacidade processual dos animais de companhia não é um devaneio jurídico, mas sim uma consequência lógica do reconhecimento de sua condição de sujeitos de direito.

4. FUNDAMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS AO RECONHECIMENTO DA CAPACIDADE PROCESSUAL DOS ANIMAIS DE COMPANHIA

O debate sobre a possibilidade de reconhecimento da capacidade processual dos animais de companhia encontra-se no centro das transformações jurídicas contemporâneas que buscam superar a tradicional visão antropocêntrica do Direito.

A controvérsia se divide entre duas correntes principais: uma conservadora, que sustenta a manutenção do paradigma patrimonialista que enquadra os animais como bens semoventes, e outra inovadora, que reconhece nos animais sujeitos de direitos e, por consequência, potenciais legitimados para estar em juízo.

A posição tradicional, amplamente majoritária até recentemente, é representada por parcela significativa da doutrina civilista que concebe os animais como bens semoventes, ou seja, coisas móveis que se locomovem por si mesmas.

7125

Essa classificação, herdada de uma tradição romanista e reforçada pelo Código Civil brasileiro de 2002, tem servido de base para o entendimento de que os animais são objetos de relações jurídicas patrimoniais, desprovidos, portanto, de titularidade de direitos subjetivos ou de qualquer capacidade processual.

Assim como os animais, o escravo, ao longo da história, também era considerado “coisa”, objeto e propriedade de alguém. No Brasil e em Roma Antiga, podia ser comprado e vendido. Contudo, mesmo assim, ele tinha direitos. Inclusive de juntar dinheiro e comprar sua própria liberdade. Em Roma, quando havia ofensa a um direito justo seu, ele podia ir reclamar direto no Tribunal. Era “coisa”, mas tinha direitos, sem ser elevado à categoria de pessoa. (BARIA. 2015)

Por outro lado, em certo momento da história, na idade medieval, os animais já foram personificados sendo representados em juízo sofrido condenações e prisões.

Na Idade Média os animais eram sujeitos de direito, eram responsabilizados pelos seus atos, eram réus em processos e sofriam os efeitos das condenações. Esse exemplo histórico demonstra bem que ser ou não o animal um sujeito de direito é basicamente uma previsão jurídica (BARIA apud MACHADO JÚNIOR. 2015)

Essa retrospectiva histórica não conclui se devemos permanecer na Roma Antiga ou retornar a Idade Média, mas serve para nos mostrar que a percepção jurídica sobre seres humanos e animais não humanos como sendo coisas, objetos corpóreos ou bens semoventes é um reflexo extraído de toda uma conjuntura de circunstâncias, civilizações e época.

Nesse sentido, atualmente, a concepção tradicional parece se mostrar anacrônica diante da evolução científica que reconhece nos animais seres sencientes, capazes de experimentar dor, prazer, afeto e sofrimento, e também da nova dinâmica social entre homens e animais que compartilham sentimentos mútuos de afeição cada vez maiores.

Além disso, a manutenção da categoria de bens semoventes no Direito Civil entra em conflito com o Direito Ambiental e com o Direito Penal, ao se distanciar totalmente do mandamento do artigo 225, §1º, inciso VII da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de proteger a fauna, vedando práticas que submetam os animais à crueldade (ATAÍDE JÚNIOR, 2021).

Sob outro enfoque também favorável à legitimação processual dos animais, a expansão do conceito de famílias multiespécies tem contribuído significativamente para deslocar o eixo da discussão.

A noção de família multiespécie questiona as fronteiras normativas entre humanos e não humanos, reconhecendo que animais de companhia ocupam espaços afetivos, simbólicos e jurídicos fundamentais nas estruturas familiares contemporâneas.

7126

Do ponto de vista processual, parte da doutrina sustenta que já existem aparatos legais que dignificam e tutelam direitos dos animais, logo não haveria óbice jurídico à legitimação ativa dos animais em juízo, desde que representados adequadamente.

Na verdade, bastaria ler melhor a Constituição: a capacidade de ser parte dos animais dela decorre diretamente. É a Constituição que reconhece, implicitamente, a consciência e a senciência dos animais (pela regra da proibição da crueldade) e a dignidade animal (pela valoração positiva da consciência e da senciência). Ao conceber que animais têm dignidade própria (e essa concepção tem respaldo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal), é a Constituição que impõe o direito fundamental animal à existência digna (como direito fundamental de 4ª dimensão) e exige um catálogo mínimo de direitos subjetivos animais, pois não existe dignidade desprotegida juridicamente. Como se não bastasse, o Código de Direito e Bem-Estar Animal do Estado da Paraíba especificou, no plano infraconstitucional, qual é esse catálogo mínimo de direitos subjetivos animais. (ATAÍDE JÚNIOR, 2021)

No entanto, a Doutrina Tradicional permanece algemada a fundamentos antropocêntricos, justificando a impossibilidade do reconhecimento da capacidade processual

dos animais com três argumentos principais: (i) a ausência de personalidade jurídica, (ii) a impossibilidade de praticar atos da vida civil (iii) o temor de um "colapso institucional".

Hora Neto (2025) sintetizou a problemática que orbita em torno da personificação jurídica dos animais.

A meu sentir, entender o contrário, isto é, atestar que o animal é um sujeito de direito ou um sujeito de direito despersonalizado, é lançar o tema no limbo jurídico, pela generalidade e imprecisão dogmáticas, violando todo um sistema jurídico e gerando teratologias, haja vista que: i) O animal não pode praticar atos da vida civil, como, por exemplo, emancipar ou ser emancipado (art. 5º § único I a V CC), casar (art. 1.517 e segs. CC), adotar ou ser adotado (art. 1.618 e segs. CC c/c art. 39 e segs. ECA), ser guardião ou ser objeto da guarda (art. 1.634 II CC c/c art. 33 e segs. ECA), ser tutor ou tutelado (art. 1.728 e segs. CC c/c art. 36 e segs. ECA), ser curador ou curatelado (art. 1.767 e segs. CC), exercer o poder familiar (art. 1.630 e segs. CC), reconhecer filhos (arts. 1.607 e segs. CC), ser credor ou devedor de alimentos (art. 1.694 CC), contratar (art. 421 e segs. CC), ser empresário (art. 966 e segs. CC), ser titular de direito real (art. 1.225 CC) ou possuidor (art. 1.196 e segs. CC), aceitar ou renunciar a herança (art. 1.804 e segs. CC), nem muito menos tem capacidade testamentária ativa (art. 1.860 CC), tampouco capacidade para suceder (arts. 1.798 e 1.799 CC), dentre outros; ii) Acabaria as conhecidas campanhas de doação de animais, precisamente o contrato de doação (art. 538 e segs. CC), uma vez que, considerado sujeito de direito ou um sujeito de direito sem personalidade jurídica, não pode figurar como objeto de doação; iii) Implicaria na extinção do penhor pecuário (arts. 1.444 a 1.445 CC), classificado como penhor especial e que tem por objeto certos animais (bens móveis)⁹, posto que, em sendo eles sujeitos de direito, não podem ser objeto de garantia (art. 1.419 CC); iv) Extinguiria o contrato de compra e venda de animais, posto que, em sendo sujeitos de direito não poderiam ser objeto do negócio, fato que, por si só, implicaria numa gigantesca retração da economia nacional, com perda de tributos (ICMS), bastando lembrar que os frigoríficos não mais comprariam gado e que donos de pocilgas e de granjas de aves não mais venderiam seus animais e, por fim, que a população não mais comeria qualquer tipo de carne; v) Violaria regras elementares do Direito Penal, posto que o animal poderia figurar como sujeito passivo (paciente) de um habeas corpus ou mesmo sujeito ativo de um homicídio, na hipótese, por exemplo, de um chimpanzé em um zoológico pular a jaula e atacar um visitante, levando-o à morte; vi) Eliminaría institutos basilares do Direito Processual, como, por exemplo, o da capacidade de ser parte (capacidade de direito), que é a capacidade de ser sujeito da relação processual como autor ou réu e o da capacidade de estar em juízo, também denominada de legitimação para o processo ou *legitmatio ad processum*, atribuída apenas aos que estiveram no exercício de seus direitos, pois têm plena capacidade processual (de exercício) (art. 70 CPC) (HORA NETO. 2025)

Tais argumentos, contudo, além de apresentarem um certo tom especulativo, distorcem a proposta da doutrina contemporânea, que não visa equiparar os animais aos seres humanos, mas apenas reconhecer que, sob a ótica científica e social, os animais têm por si só dignidade e uma importância singular que merece proteção jurídica. Taimie L. Bryant (2007), ao defender a possibilidade de representação legal dos animais, argumenta que:

Permitir que animais sejam representados judicialmente não significa conferir-lhes as mesmas prerrogativas dos seres humanos, mas sim criar um mecanismo que assegure a consideração de seus interesses fundamentais de maneira concreta e efetiva.” (BRYANT, 2007, p. 64, tradução nossa).

Ademais, a ausência de personalidade jurídica não representa, por si só, um obstáculo absoluto à legitimidade processual. Isso se comprova com a existência de entes despersonalizados que, embora não possuam personalidade jurídica própria, têm sua incapacidade processual suprida por meio de representação.

No caso dos entes despersonalizados, a atuação judicial ocorre por intermédio de um representante processual, “aquele que vai a juízo em nome alheio para defender interesse de outrem a fim de suprir a incapacidade processual da parte” (CAMPELO DE AQUINO; PITTA, 2024).

Nesse sentido, a objeção baseada na impossibilidade de prática de atos da vida civil pelos animais também se mostra superável. É evidente que os animais não compartilham do mesmo nível de racionalidade ou do coeficiente de inteligência dos seres humanos para agirem como tal. Consequentemente, não podem, de fato, exercer plenamente atos da vida civil humana, o que torna aos animais inaplicáveis muitos dos institutos jurídicos tradicionais.

Entretanto, a capacidade de praticar atos civis está diretamente ligada à manifestação de vontade — e a ausência dessa faculdade não implica desamparo jurídico. Há inúmeros exemplos no ordenamento em que sujeitos desprovidos de plena capacidade de manifestação de vontade, como o nascituro, as crianças, as pessoas interditadas ou mesmo coletividades informais, são titulares de direito e são juridicamente protegidos por meio da representação judicial. O mesmo raciocínio pode, portanto, ser estendido aos animais.

Nesse sentido, a representação é crucial para regularizar a relação processual, visando garantir os interesses protegidos pela legislação. O representante processual busca equilibrar o contraditório, assegurar o devido processo legal e considerar os interesses dos animais não-humanos diante do tribunal. (CAMPELO DE AQUINO. PITTA. 2024)

Por fim, o argumento de que o reconhecimento da personalidade jurídica dos animais poderia causar um colapso institucional ou econômico, sob a justificativa de que eles deixariam de ser objetos de contrato, carece de base empírica consistente. Tal temor não justifica a negação de acesso à justiça a seres reconhecidamente vulneráveis.

Na realidade, o reconhecimento dos animais como sujeitos de direitos serviria, antes, para impor ao Estado e aos particulares — especialmente aqueles que transacionam com animais — o dever de observar os princípios do bem-estar animal e os direitos a eles conferidos no âmbito dos negócios jurídicos.

Em síntese, os fundamentos favoráveis ao reconhecimento da capacidade processual dos animais, em especial dos animais de companhia, mostram-se não apenas mais coerentes com os princípios constitucionais vigentes, mas também mais afinados com os avanços éticos, científicos e sociais da contemporaneidade. Negar-lhes a legitimidade processual significa perpetuar uma forma de exclusão jurídica incompatível com o atual panorama normativo e com os valores de uma sociedade que se pretende mais justa e inclusiva.

5. PROPOSTAS NORMATIVAS E INICIATIVAS LEGISLATIVAS NO BRASIL VOLTADAS AO RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E DA CAPACIDADE PROCESSUAL DOS ANIMAIS DE COMPANHIA

O reconhecimento da capacidade processual dos animais de companhia no ordenamento jurídico brasileiro exige, além da consolidação jurisprudencial e doutrinária, uma reconfiguração normativa que enfrente as lacunas legais e supere os limites da concepção tradicional do direito privado.

A positivação de direitos fundamentais aos animais não humanos, especialmente aos animais de companhia, vem sendo gradativamente consolidada por meio de projetos legislativos, decretos regulamentares e propostas doutrinárias que convergem para a necessidade de um novo paradigma jurídico.

7129

Uma das iniciativas mais relevantes nesse cenário é o **Projeto de Lei nº 145/2021**, de autoria do deputado federal Eduardo Costa do PTB. O projeto pretende disciplinar a capacidade de ser parte dos animais no processo civil, no sentido de alterar a **Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil)** para reconhecer expressamente a possibilidade de os animais figurarem como parte em processo judicial, por meio de representação.

Art. 2º. O art. 75 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação: “Art. 75..... XII – os animais não-humanos, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelas associações de proteção dos animais ou por aqueles que detenham sua tutela ou guarda.”(Câmara dos Deputados, PL 145.2021)

No mesmo sentido caminha outra importante proposição legislativa: o **Projeto de Lei do Senado nº 6054/2019** de autoria do Deputado Ricardo Izar, no sentido de dispor sobre a natureza jurídica dos animais domésticos e silvestres.

Art. 1º - Esta Lei estabelece regime jurídico especial para os animais domésticos e silvestres.

Art. 2º - Constituem objetivos fundamentais desta Lei:

I. Afirmação dos direitos dos animais e sua respectiva proteção;

II. Construção de uma sociedade mais consciente e solidária;

III. Reconhecimento de que os animais possuem personalidade própria oriunda de sua natureza biológica e emocional, sendo seres sensíveis e capazes de sofrimento.

Art. 3º - Os animais domésticos e silvestres possuem natureza jurídica sui generis, sendo sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais podem gozar e obter a tutela jurisdicional em caso de violação, sendo vedado o seu tratamento como coisa.

Art. 4º - O artigo 82 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.82.....

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos animais domésticos e silvestres. (CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 6054/2019)

Ao encontro desse projeto também caminharam os projetos de lei 62/2019 do Deputado Fred Costa do PATRI e o 542/2018 da Senadora Rose de Freitas do PODEMOS, ambos no sentido de disciplinar o regimento processual sobre o compartilhamento de guarda de animais de estimação nas ações de dissolução do vínculo conjugal.

Ainda vale frisar o Projeto de Lei 2213/2024 do Deputado Fábio Teruel que propõe a alteração da terminologia “DONO” por “HUMANO RESPONSÁVEL”, nas palavras do proponente a substituição do termo elevará o nível de conscientização e cultura da sociedade acerca do tema.

A presente proposição visa promover uma mudança significativa na maneira como a sociedade enxerga a relação entre humanos e seus animais de estimação. A substituição do termo "dono" por "humano responsável" não é apenas uma alteração semântica, mas uma mudança cultural que reconhece a responsabilidade e o cuidado que os humanos devem ter para com os animais sob sua guarda. (CAMARA DOS DEPUTADOS. 2024)

7130

Esses projetos aplicam na prática legislativa e apontam toda plausibilidade do embasamento da doutrina contemporânea ao propor a reformulação necessária no ordenamento no jurídico no sentido de reconhecer os animais como seres sencientes, sujeitos de direitos e com capacidade processual, afastando a ideia de que os animais continuem a ser considerados simples objetos de propriedade, como tradicionalmente classificados pela doutrina conservadora.

Esse novo entendimento tem se refletido também em iniciativas do Poder Executivo. O Decreto nº 12.254/2024, assinado pelo Presidente da República, dispõe sobre a Política Nacional de Direitos dos Animais e estabelece diretrizes para sua proteção.

Além das proposições em nível federal, vale destacar que em nível estadual, ainda que não tratem diretamente da personalidade jurídica ou da capacidade processual por se tratar de

matéria federal, vários estados já operam com uma concepção mais moderna dos animais e com um aparato de leis específicas e códigos de proteção e bem-estar animal.

Diante desse conjunto de propostas e iniciativas normativas, observa-se um processo de transição paradigmática no ordenamento jurídico brasileiro. Se, por um lado, ainda não há consenso doutrinário ou jurisprudencial quanto à personalidade jurídica plena dos animais, por outro, há um movimento normativo e institucional robusto no sentido de funcionalizar essa personalidade, com base na sua capacidade de sofrer e na necessidade de proteção jurídica efetiva.

Essas mudanças legislativas refletem não apenas avanços no campo do Direito Animal, mas também transformações socioculturais profundas que exigem do Direito uma resposta mais adequada à complexidade dos vínculos interespecies.

CONCLUSÃO: RUMO À EFETIVAÇÃO DA CAPACIDADE PROCESSUAL DOS ANIMAIS DE COMPANHIA

A presente pesquisa demonstrou que o reconhecimento da capacidade processual dos animais de companhia, embora ainda não plenamente consolidado no ordenamento jurídico brasileiro, encontra respaldo crescente na doutrina, na jurisprudência e nas práticas sociais emergentes.

7131

Partindo da análise da natureza jurídica dos animais e do conceito técnico de capacidade processual no Direito Processual Civil, foi possível perceber que há uma tensão entre a concepção tradicional dos animais como bens semoventes e uma nova abordagem que os reconhece como sujeitos de direitos, especialmente no contexto das chamadas famílias multiespecies.

A superação da concepção patrimonialista revela-se imprescindível diante da realidade afetiva e ética contemporânea. A insistência em manter os animais na categoria de coisas móveis semoventes, como ainda defende parte da doutrina conservadora, torna-se cada vez mais anacrônica.

Essa visão não apenas ignora os avanços legislativos recentes — como o §1º do art. 82-B do Código Civil, que passou a reconhecer os animais como "seres sencientes" — como também compromete a efetividade da tutela jurídica que se pretende assegurar a eles.

Dessa forma, o reconhecimento da capacidade processual dos animais de companhia surge como um passo lógico e necessário para a efetivação de seus direitos. Afinal, garantir

direitos sem assegurar meios processuais para sua proteção é manter uma tutela puramente simbólica.

A atribuição de capacidade processual, por meio da representação legal por tutor ou Ministério Público, é compatível com o sistema processual vigente e encontra fundamento, inclusive, em experiências internacionais analisadas neste estudo.

A jurisprudência nacional, embora ainda vacilante, já apresenta precedentes importantes que apontam para uma transformação paradigmática. A possibilidade de animais figurarem como parte no polo ativo de ações — desde que representados — começa a ser admitida por alguns tribunais, como forma de atender às exigências constitucionais de proteção ao meio ambiente e à dignidade dos animais.

No campo legislativo, propostas como o Projeto de Lei nº 145/2021 e o recente Decreto nº 12.254/2024 indicam uma movimentação institucional favorável à formalização da subjetividade animal. Esses instrumentos evidenciam que o legislador brasileiro já reconhece a necessidade de superar o paradigma objetificante, pavimentando o caminho para inovações mais ousadas no plano processual.

Nesse sentido, sugere-se a adoção de mecanismos legais que regulamentem de forma expressa a figura do representante legal do animal, com salvaguardas éticas e técnicas para evitar abusos, conflitos de interesses ou banalizações. Além disso, propõe-se que o Código de Processo Civil passe a contemplar dispositivos específicos sobre a legitimidade processual de animais não humanos, com especial atenção aos de companhia, cujas relações sociais e afetivas são mais intensas e visíveis.

Conclui-se, portanto, que a capacidade processual dos animais de companhia não é apenas juridicamente possível, mas ética e socialmente necessária. Trata-se de um desdobramento coerente com os avanços já consolidados na teoria dos direitos dos animais e na prática legislativa e jurisprudencial brasileira.

Ao reconhecer os animais como sujeitos de direitos e lhes garantir acesso à jurisdição por meio de representação adequada, o Direito reafirma seu compromisso com a justiça, a dignidade e a proteção das formas de vida mais vulneráveis. Esta pesquisa, assim, busca contribuir para o aprofundamento do debate e a construção de um sistema jurídico mais inclusivo, sensível e democrático.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, Melanie de Souza de; ALVES, Cássia Ferrazza. A família multiespécie: um estudo sobre casais sem filhos e tutores de pets. *Pensando Fam.*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 19-30, dez. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 maio 2025.
2. ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula; GORDILHO, Heron José de Santana. A capacidade processual dos animais no Brasil e na América Latina. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://animaiscomdireitos.ufpr.br/wp-content/uploads/2020/08/rufsm-a-capacidade-processual-dos-animais-no-br-e-al.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.
3. ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula; LOPES, Cristina. Animais têm direitos e podem demandá-los em juízo. *AJUFE*, 2020. Disponível em: <https://www.ajufe.org.br/imprensa/artigos/14291-animais-tem-direitos-e-podem-demanda-los-em-juizo>. Acesso em: 5 maio 2025.
4. AVELLAR, Salette. A capacidade processual dos animais como requisito para sua proteção. *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 17, n. 1, p. 55-82, jan./jun. 2022.
5. BÁRIA, Paulo. Direito dos animais. 2009. Disponível em: http://advocaciapaulobaria.com.br/images/artigos/4_n22_DIREITO-DOS-ANIMAIS.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.
6. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 145, de 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1959938&filename=PL%20145/2021. Acesso em: 1 maio 2025.
7. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.213, de 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2446679&filename=Avulso%20PL%202213/2024. Acesso em: 10 maio 2025.
8. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 62, de 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1706878&filename=PL%2062/2019. Acesso em: 10 maio 2025.
9. BRASIL. Decreto nº 12.254, de 6 de fevereiro de 2024. Institui a Política Nacional de Direitos dos Animais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Decreto/D12254.htm. Acesso em: 1 maio 2025.
10. BRASIL. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 maio 2025.

11. BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 11 maio 2025.
12. BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 27, de 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132961>. Acesso em: 1 maio 2025.
13. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7704/SP. Rel. Min. Flávio Dino. Julgado em: 16 set. 2024. DJe-s/n, divulgado em: 4 out. 2024. Publicado em: 7 out. 2024.
14. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.713.167/SP. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 19 jun. 2018. DJe 9 out. 2018. RSDF v. 117, p. 29. RSTJ v. 253, p. 615. RT v. 1009, p. 420.
15. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.797.175/SP. Rel. Min. Og Fernandes. Julgado em: 21 mar. 2019. DJe 28 mar. 2019.
16. BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo de Instrumento n. 26531705820238130000. Rel. Des. Carlos Roberto de Faria. Julgado em: 16 maio 2024. Publicado em: 7 jun. 2024.
17. BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação n. 5002956-64.2021.8.24.0052. Rel. Sérgio Izidoro Heil. Julgado em: 26 nov. 2024.
18. BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Conflito de competência cível n. 0045114-25.2024.8.26.0000. Rel. Torres de Carvalho. Julgado em: 14 jan. 2025.
19. BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Apelação Cível n. 0059204-56.2020.8.16.0000. Rel. Juiz Marcel Guimarães Rotoli de Macedo. Julgado em: 14 set. 2021. Publicado em: 23 set. 2021.
20. BRYANT, Taimie L. Similarity or Difference as a Basis for Justice: Must Animals Be Like Humans to Be Legally Protected from Humans? *Law and Contemporary Problems*, v. 70, n. 1, p. 207-254, 2007. Disponível em: <https://scholarship.law.duke.edu/lcp/vol70/iss1/8>. Acesso em: 7 maio 2025.
21. CAMPÊLO DE AQUINO, Maria Klara; PITTA, Rafael Gomiero. A legitimação processual dos animais como forma de efetivar sua defesa em juízo. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 5, n. 1, p. 85-101, 2024. Disponível em: <https://ojs.uniceplac.edu.br/index.php/reciso/article/view/209>. Acesso em: 6 maio 2025.
22. CEARÁ. Lei Estadual nº 11.977, de 2022. Dispõe sobre a proteção dos animais e institui o Código Estadual de Bem-Estar Animal.
23. CORLETT, Eva. Taranaki Mouna: New Zealand mountain granted same legal rights as a person. *The Guardian*, 30 jan. 2025. Disponível em:

- <https://www.theguardian.com/world/2025/jan/30/taranaki-mounga-new-zealands-second-highest-mountain-granted-same-legal-rights-as-a-person>. Acesso em: 7 maio 2025.
24. DAITX, Vanessa Vitcoski. O ensino de ciências e a visão antropocêntrica. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/35277>. Acesso em: 11 maio 2025.
25. DE PAULA ATAÍDE JUNIOR, Vicente. Comentários à primeira sentença cível concessiva de indenização por danos morais para animais vítimas de maus-tratos. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, v. 39, n. 11, p. 405-421, 2025. Disponível em: <https://ojs.direitocivilcontemporaneo.com/index.php/rdcc/article/view/1515>. Acesso em: 7 maio 2025.
26. DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral do direito civil*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
27. FONTES, Cassia Ledi de Oliveira Silvino; D'AVILA, Caroline Dimuro Bender. A proteção jurídica dos animais: a evolução do conceito de bens para o conceito de sujeitos de direito. *Revista da SORBI*, v. 4, n. 1, p. 21-44, 2016. Disponível em: <http://www.sorbi.org.br/revista>. Acesso em: 11 maio 2025. DOI: 10.18308/2318.9983.2016.1.54.
28. GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014. Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=1620&tipo=TEXTTOORIGINAL>. Acesso em: 10 maio 2025.
29. HORA NETO, João. Antinomias do Direito Animal na Reforma do Código Civil. *Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual*, Salvador, n. 298, p. 55-78, abr. 2025. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/9599/5396>. Acesso em: 8 maio 2025.
30. JOHN DEWITT GREGORY. Pet Custody: Distorting Language and the Law. *Family Law Quarterly*, v. 44, n. 1, p. 35-70, 2010. Disponível em: https://scholarlycommons.law.hofstra.edu/faculty_scholarship/555. Acesso em: 7 maio 2025.
31. KNAUß, S. Conceptualizing Human Stewardship in the Anthropocene: The Rights of Nature in Ecuador, New Zealand and India. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 31, p. 703-722, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10806-018-9731-x>. Acesso em: 7 maio 2025.
32. MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
33. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Senciência Animal. Publicado em: 20 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/direitos-animais/senciencia-animal-1>. Acesso em: 11 maio 2025.

34. NOIRTIN, Célia Regina Ferrari Faganello. Animais não humanos: sujeitos de direitos despersonalizados. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 5, n. 6, 2014. DOI: <https://doi.org/10.9771/rbda.v5i6.11075>. Acesso em: 11 maio 2025.
35. OLIVEIRA, Vanessa Leme de. Antinomias do Direito Animal na reforma do Código Civil. In: _____. *O Direito Animal e a Reforma do Código Civil*. São Paulo: Editora Dialética, 2024.
36. PARENTE NEIVA BELCHIOR, G.; MARTINS SOARES DIAS, M. R. Os animais de estimação como membros do agrupamento familiar. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 15, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/rbda.v15i3.38788>.
37. PINHEIRO, Tatiana Messala Gomes. O animal não humano como sujeito de direitos e sua representação em juízo. São Luís: UNDB, 2018. Disponível em: <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/139>. Acesso em: 11 maio 2025.
38. PRIBERAM. Senciente. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/senciente>. Acesso em: 11 maio 2025.
39. REZENDE, Joubert Rodrigues de. Família multiespécie: uma leitura caleidoscópica. *Instituto Brasileiro de Direito de Família*, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/2099/FAM%C3%8DLIA+MULTIESP%C3%89CIE%3A+uma+leitura+caleidosc%C3%B3pica>. Acesso em: 11 maio 2025.
40. SCHNEIDER, Rachel. New Zealand's Whanganui River is now legally a human being. *Condé Nast Traveler*, 20 mar. 2017. Disponível em: <https://www.cntraveler.com/story/new-zealands-whanganui-river-is-now-legally-a-human-being>. Acesso em: 7 maio 2025.
41. SODERBERG, Bailey. Reassessing Animals and Potential Legal Personhood: Do Animals Have Rights or Duties? *Vermont Journal of Environmental Law*, v. 24, n. 2, p. 171-195, 2022. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27201415>. Acesso em: 7 maio 2025.
42. SUNSTEIN, Cass R. Can Animals Sue? In: NUSSBAUM, Martha C.; SUNSTEIN, Cass R. (Orgs.). *Animal Rights: Current Debates and New Directions*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 251-276.
43. TAIMIE L. BRYANT. Similarity or Difference as a Basis for Justice. *Law and Contemporary Problems*, v. 70, n. 1, p. 207-254, 2007. Disponível em: <https://scholarship.law.duke.edu/lcp/vol70/iss1/8>. Acesso em: 7 maio 2025.
44. WOLFSON, David J.; WISE, Steven M. Rattling the Cage – Toward Legal Rights for Animals. *Animal Law Review*, v. 6, p. 259, 2000. Disponível em: <https://lawcommons.lclark.edu/alr/vol6/iss1/16>. Acesso em: 7 maio 2025.
45. Código Civil Alemão. Promulgado em 2 de janeiro de 2002. Última alteração: 10 ago. 2021. *Bundesgesetzblatt I*, p. 42, 2909; 2003 I, p. 738; 2021 I, p. 3515.

46. DE PONTES REGIS, D. A. H.; SILVEIRA DA SILVA, R. C. Análise da temática dos maus-tratos aos animais. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*, v. 1, n. 2, p. 11-34, 2019. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/166>. Acesso em: 11 maio 2025.